

Pindorama Carioca: utopia e emancipação social na zona portuária do Rio de Janeiro

Ana Luiza Gonçalves

Orientação: Prof. Dr. David M. Sperling e Prof Dr. Tomás Antonio Moreira (IAU-USP).

Pesquisa: Trabalho de Conclusão de Curso, IAU-USP, 2021.

Este artigo é um desdobramento do Trabalho de Graduação Integrado que parte das possibilidades de emancipação social através do morar, em uma análise ancorada no território do Rio de Janeiro e que destaca aspectos culturais, sociais, históricos, físicos e de sociabilidade à uma proposta habitacional que visa a construção de um espaço onde é possível pensar em outras formas de morar. A escolha do território parte do entendimento do Rio de Janeiro como espelho, como território síntese do Brasil. Parece lógico, assim, localizar uma proposição utópica que busca consolidar novos paradigmas de sociabilidade doméstica e, talvez mais importante, uma

redescoberta da história do Brasil em seu espaço síntese. Se, como nos indica Lessa (2000), o Rio é o Brasil, o futuro do Brasil está comprometido e talvez seja o momento de recontar a história do Rio, de redescobrir seu passado para pensar em outros futuros possíveis. A partir dessas chaves de leitura, entende-se a emancipação como prática coletiva e universal de libertação humana. Pensando a emancipação a partir do ambiente doméstico, as questões de raça, classe e gênero são colocadas em foco, com uma proposta emancipatória que parte não apenas do trabalho, mas considera dinâmicas e práticas de sociabilidade cotidianas.

Palavras-chave: emancipação social; moradia; Rio de Janeiro.

Pindorama Carioca: utopia and social emancipation in the port area of Rio de Janeiro

This article unfolds from an Integrated Graduation Work of the same name, which explores the possibilities of social emancipation through dwelling, in an analysis anchored in the territory of Rio de Janeiro, which highlights cultural, social, historical, physical and sociability aspects of a housing proposal aimed at building a space where it is possible to think of other ways of living. The choice of territory stems from the understanding of Rio de Janeiro as a mirror, as a synthesis territory of Brazil. It seems logical, therefore, to position a utopian proposition that seeks to consolidate new paradigms of domestic sociability and, perhaps more importantly, a rediscovery of the history of Brazil in its synthesis space. If "Rio is Brazil, and Brazil's future is compromised!" (LESSA, 2000), perhaps it's time to retell the history of Rio; to rediscover its past to think of other possible futures. From these reading elements, emancipation is understood as a collective and universal practice of human liberation. Thinking about emancipation from the domestic environment, race, class, and gender issues are brought into focus, with an emancipatory proposal based not only from this work discussion but considers dynamics and daily sociability practices.

Keywords: social emancipation; housing; Rio de Janeiro.

Pindorama Carioca: utopía y emancipación social en la zona portuaria de Río de Janeiro

Este artículo se desprende de un Trabajo de Graduação Integrado del mismo nombre, que explora las posibilidades de emancipación social a través de la vivienda, en un análisis arraigado en el territorio de Río de Janeiro. Se destacan aspectos culturales, sociales, históricos, físicos y de sociabilidad de una propuesta de vivienda destinada a construir un espacio donde sea posible pensar en otras formas de vida. La elección del territorio se deriva de la comprensión de Río de Janeiro como un espejo, como un territorio de síntesis de Brasil. Parece lógico, por lo tanto, posicionar una proposición utópica que busque consolidar nuevos paradigmas de sociabilidad doméstica y, quizás más importante aún, un redescubrimiento de la historia de Brasil en su espacio de síntesis. Si "Río es Brasil, ¡y el futuro de Brasil está comprometido!" (LESSA, 2000), tal vez sea hora de volver a contar la historia de Río; de redescubrir su pasado para pensar en otros futuros posibles. A partir de estos elementos de lectura, la emancipación se entiende como una práctica colectiva y universal de liberación humana. Al pensar en la emancipación desde el entorno doméstico, se enfocan cuestiones de raza, clase y género, con una propuesta emancipadora que se basa no solo en la discusión de este trabajo, sino que también considera dinámicas y prácticas diarias de sociabilidad.

Palabras clave: emancipación social; vivienda; Río de Janeiro.

Reencantar a cidade, subverter o território em terreiro, entender a cidade como lugar de encontro, comer pelas beiradas, driblando os perrengues, malandreado entre o horror e o gozo, é seguir vivendo e sobrevivendo para fazer o gol na partida que não termina: num lance rápido e certo do contra-ataque que nos resta para salvar a rua. (SIMAS, 2020, s.p.)

1. INTRODUÇÃO

Queremos pôr em prática um pensamento utópico, entendido como energia e força de insurreição, como presença e como convite para sonhos emancipatórios, como gesto de ruptura: ousar pensar para além do que se apresenta como 'natural', 'pragmático', 'razoável'. Não queremos construir uma comunidade utópica, mas restaurar toda a sua força criativa em sonhos de insubmissão e resistência, justiça e liberdade, felicidade e bondade, amizade e encantamento. (VERGÈS, 2020, p.136)

O presente trabalho se desenvolveu a partir de uma problemática central: de que forma nós, como arquitetos e urbanistas, podemos pensar uma forma de moradia popular que contribua com a emancipação dos sujeitos que nela habitam? A partir desse questionamento o trabalho se desenvolveu, ganhou corpo, território e passado. Inicialmente, imaginamos que a elaboração do projeto poderia se dar em um território vazio — buscando não cair nas contradições inerentes ao processo de reprodução do espaço urbano. É dessa ideia que decorre o apreço e a entrada da noção de utopia buscada ao longo de todo trabalho. Como muitos autores mobilizados no presente trabalho, não é possível assentar as bases de um futuro a se construir sem fortalecer os alicerces do passado.

É a partir disso que o Rio de Janeiro vai se desenhando como território potencial de corporificação do projeto, compreendendo o Rio como espelho do Brasil, como síntese do Brasil em suas contradições. Síntese daquilo que o Brasil tem de mais lúgubre, mas também de sua beleza e potência de transformação.

A escolha da cidade do Rio de Janeiro produziu uma imensa transformação nas bases a partir das quais o projeto se assentava e nas referências que seriam mobilizadas. É importante reforçar que sua elaboração ocorreu em 2020, durante a pandemia de Covid-19, momento que os deslocamentos não eram possíveis de serem realizados. Sendo assim, em busca de escolher a localização, foi feito um mapeamento de pontos da cidade através de músicas, livros e filmes. A partir do mapeamento, elegemos desenvolver o trabalho na região de ocupação mais antiga da cidade, a zona portuária, berço de muitas das manifestações culturais do Rio, do porto de escravizados mais movimentado do mundo, de apagamentos e encantamentos múltiplos. A zona portuária do Rio de Janeiro é um território que pulsa com as violências do passado e do presente e com as formas de resistência e re-existência da população que lá habita — em corpo e em memória (FIG.01).

Centrados na dimensão de encantamento da antiga capital da República elencamos e sintetizamos os principais conceitos mobilizados ao longo do presente trabalho, que teve como produtos duas propostas de projeto. A primeira é um ensaio projetual de moradia, e a segunda, é uma proposta de percurso narrativo e físico que retoma e reconta essa história apagada da Zona Portuária do Rio de Janeiro e dos corpos ali presentes. As propostas foram elaboradas com base em seis categorias:

- **Práxis:** Não existe processo revolucionário sem práxis. De acordo com Sabrina Fernandes (2019), "a práxis é uma atuação que é informada pela teoria e impacta a realidade de modo a informar a teoria". Ou seja, é uma atuação pautada em teoria, mas cuja teoria se alimenta das contradições que se colocam pela prática.
- **Utopia:** Em adaptação da "Tese Onze" de Marx, os arquitetos, bem como os filósofos, têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes e trabalhado, no caso dos arquitetos, para a manutenção das lógicas estabelecidas. A questão, porém, é transformar o mundo.

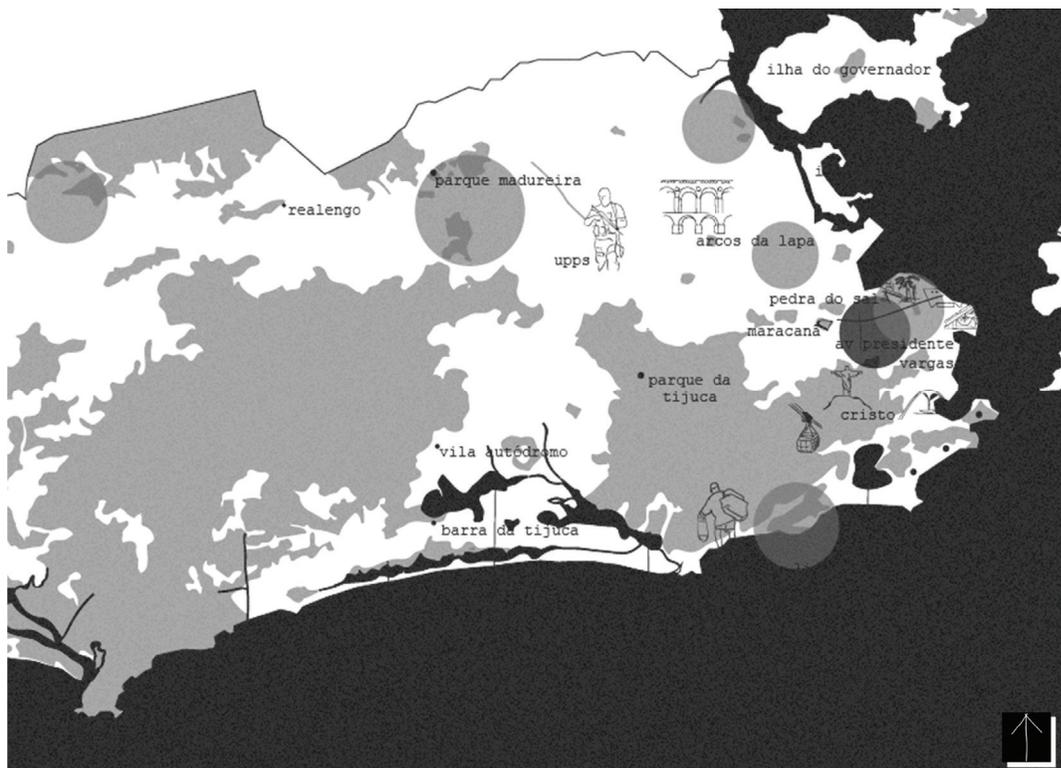


FIG. 1:

Levantamento de símbolos e signos.

Fonte: Ilustração da autora a partir de fotomontagem, 2020.

- **Emancipação:** A emancipação enquanto ação individual se torna empoderamento e perde sua força, no sentido de que não existe ação efetiva que parta e sirva ao indivíduo. A emancipação somente se concretiza quando feita por uma classe e para a própria classe. Centralidade da teoria crítica e da escola de Frankfurt como principal chave de análise, a partir do materialismo histórico, de uma perspectiva marxista do mundo.
- **Pindorama:** Nação, país, território das palmeiras. Pindorama é o Brasil antes de Cabral. No "Manifesto Antropofágico" (1928), a palavra é trazida por Oswald de Andrade como a ideia de uma utopia brasileira. O Brasil que se desprende das amarras da colonialidade e do patriarcado.
- **Encruzilhada:** É o lugar em que as ruas se cruzam e os corpos se encontram. Nas palavras de Simas (2020, s.p.), "as encruzilhadas

falam ainda de um modo de relacionamento com o real ancorado na crença em uma energia vital que reside em cada um, na coletividade, em objetos sagrados, alimentos, elementos da natureza, práticas rituais, na sacralização do corpo pela dança e no diálogo do corpo com o tambor."

- **Família:** Retomando o idioma nguni, do grupo linguístico zulu — trazido por Simas — no qual não existe uma palavra que denomina a relação de parentesco pelo sangue. A relação de parentesco é definida pela palavra *ubudlelane*: os que comem juntos.

2. PINDORAMA CARIOCA

As discussões aqui apresentadas começam a ser desenhadas a partir da complexidade do conceito de emancipação social, com base na teoria crítica, especialmente de Walter Benjamin a partir de uma análise marxista da sociedade, pautada no materialismo histórico.

O materialismo histórico é o método a partir do qual o marxismo interpreta e propõe transformar o mundo. De forma resumida, o materialismo propõe enxergar a realidade entendendo a existência dos seres humanos inserida dentro de um contexto histórico e de acordo com as relações materiais da sociedade. Sendo assim, qualquer mudança nas estruturas sociais deve considerar essas condições históricas e materiais.

Entende-se que essas transformações nas condições materiais precisam ser colocadas no sentido de uma ruptura com o sistema capitalista, pautado em estruturas de poder e opressão que se opõem. A perspectiva aqui assumida de emancipação é a liberdade universal e fim de qualquer forma de opressão ou dominação.

A necessidade de pensar o projeto para além de demandas imediatas é um disparador para que o processo de desenho sirva de reflexão aos aspectos de emancipação social relacionados diretamente às dinâmicas da arquitetura na sociedade contemporânea: regimes fundiários, modos de morar, formas de gestão e organização social e o processo produtivo da habitação. Mesmo que com um objetivo definido, as fronteiras entre o factível e o utópico são nebulosas quando se trata de materializar o projeto no território. Sendo assim, o caráter utópico dessa proposta se assenta principalmente nessa mudança nas condições materiais.

Inicialmente, a proposição tinha como foco a questão da moradia popular. Com o avanço nas pesquisas, seus equipamentos adjacentes e a sobreposição de camadas de raça, classe e gênero, além de uma produção cultural e imagética ligada ao território foram ganhando cada vez mais força. Nesse sentido, as obras "Por um Feminismo Afro-Latino-Americano", de Lélia Gonzalez; "Mulheres, Raça e Classe", de Angela Davis e "O ponto zero da revolução" de Silvia Federici foram centrais para entender não apenas os papéis de gênero, como a centralidade das dimensões de raça e classe social para o debate, colocando como ponto focal as perspectivas de emancipação de populações negligenciadas, marginalizadas e/ou invisibilizadas. Nesse processo, para além de uma adição de novas camadas à proposta, o próprio entendimento do que se entendia como

moradia popular se alterou. O trabalho de graduação completo conta com uma proposta projetual de moradia popular localizada na zona portuária do Rio de Janeiro, além da retomada das dimensões de memória e do que se entende como popular, objeto do presente artigo.

Ao olhar mais atentamente para a região portuária, nos debruçamos sobre a Avenida Presidente Vargas e seus arredores, compreendendo-a como uma das mais importantes fissuras do Rio. Em "Cidade Porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro" (2019), Bruno Carvalho coloca a avenida como parte de um processo de consolidação do modelo rodoviarista e excludente da cidade do Rio de Janeiro, marcando uma série de apagamentos que se constroem um dos primeiros e mais importantes núcleos urbanos brasileiros, desde a colonização portuguesa.

O processo de isolamento da zona portuária não foi ocasional, vista que é uma área bastante vinculada à presença histórica de populações africanas e afro-brasileiras, judeus, ciganos e diversas outras populações marginalizadas pela branquitude. A zona portuária foi marcada historicamente pelo tráfico de negros escravizados e caracterizada como berço do samba, como campo de disputa entre classes, raças e religiões, como centro do poder institucional, como espaço de prostituição e de espetacularização, pelo Porto Maravilha e os polêmicos projetos culturais, como o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio (MAR). A região soma camadas da cultura popular carioca e processos de intervenção urbana e política que contribuíram, em grande medida, para a construção não apenas da imagem turística do Rio de Janeiro, mas do Brasil da "miscigenação" cultural e do mito da democracia racial. Carvalho (2019, p.34) pontua:

[...] os espaços urbanos não apenas se assemelham a um palimpsesto, eles são um palimpsesto: pela capacidade de absorver elementos do passado em meio às transformações, pelos mecanismos de registro e pela memória involuntária que permeia as práticas e linguagens do cotidiano.

O olhar se desloca, a partir disso, para as formas de habitação já consolidadas da região, como quilombos urbanos, comunidades instituídas nas favelas e os cortiços, como formas de morar, cujas dinâmicas e espaços próprios, possíveis de extrair experiências importantes. Observa-se também esses modos de morar com as lentes dos elementos utópicos não no sentido de algo inalcançável, mas sim sob o desejo de transformação da realidade concreta e, novamente, das condições materiais da sociedade.

Sendo assim, é parte da proposta uma intervenção que funcione não como estrutura fim, mas como um meio de habitar e olhar para o passado, instigando os habitantes a construir essa nova cidade sem exploração de uns pelos outros; ou seja, uma revisita ao presente e ao passado que nutre um outro futuro possível, partindo da realidade concreta. Vale reiterar: "A questão não é o lamento por passados perdidos, e sim uma reelaboração de futuros deixados pelo caminho." (CARVALHO, 2019, p.22).

A noção de utopia aqui empregada se baseia nas produções teóricas de Rodrigo Lefèvre, em especial de sua dissertação de mestrado. É uma leitura que busca ir além do capitalismo, superando-o, exercendo a capacidade de pensar e questionar o sistema, entendendo a utopia como algo passível de ser colocado em prática a partir da transformação das condições materiais da sociedade.

Revisitando a ideia de Pindorama — nação, país, território das palmeiras. "Pindorama é o Brasil antes de Cabral", que remonta esse Brasil pré-colonização. Citando o "Manifesto Antropofágico" (1928), Oswald de Andrade traz o matriarcado de Pindorama como utopia brasileira, feminina e de ruptura com a supremacia da branquitude. Como afirmado no manifesto: "Contra a realidade social, vestida e opressora, cadastrada por Freud — a realidade sem complexos, sem loucura, sem substituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama." (ANDRADE, 1928, p.6).

A retomada dessas formas de habitar (quilombos, cortiços e favelas), que já tem em seu cotidiano a coletivização das atividades de cuidado e dos espaços de lazer, se coloca como potência de apreensão e aprendizado. Ao se analisar

o território a partir de suas camadas de apagamento e invisibilidade, é central que se tenha o cuidado de não produzir um novo apagamento, a partir de uma postura de superioridade com relação às formas de sociabilidade que já se colocam na região. Esse é, na verdade, o maior desafio dessa proposta. É abdicar de uma postura colonizadora e portadora do conhecimento, de "ensinar como morar", é aprender como incorporar práticas sociais populares a um ensaio projetual emancipatório, o que não se desenha como tarefa fácil.

Uma utopia pautada em emancipação social vai além de uma proposta projetual. É um questionamento do papel do arquiteto e da arquitetura e urbanismo, é uma retomada de seu potencial de transformação social, é um reconhecimento de seus limites, mas uma insistência para que se chegue até eles. Sendo assim, os arquitetos, assim como os filósofos, têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes e trabalhado — no caso dos arquitetos para a manutenção das lógicas estabelecidas. A questão, é transformar o mundo, é disso que se trata a utopia. Como reforçado por Sérgio Ferro (2020, p.24):

O erro embutido no velho conceito de utopia é confundi-la com fantasia sobre uma futura sociedade absolutamente nova e perfeita. Mas a utopia é, sobretudo, negação determinada da sociedade que a vê nascer, ou seja, o que é colocado na sociedade utópica é o inverso do que queremos rejeitar na sociedade em que vivemos.

Adicionalmente, entende-se que as cosmologias de matriz africana se colocam como um importante campo referencial para interpretar e pensar as práticas sociais, para além dos signos e elementos da branquitude. A busca pelo cruzamento dessas diferentes referências é o elemento central da metodologia de leitura e proposição projetual aqui adotada. Retomando, por fim, as palavras de Françoise Vergès (2020, p.136):

Queremos pôr em prática um pensamento utópico, entendido como energia e força de insurreição, como presença e como convite para sonhos emancipatórios, como gesto de ruptura:

ousar pensar para além do que se apresenta como 'natural', 'pragmático', 'razoável'. Não queremos construir uma comunidade utópica, mas restaurar toda a sua força criativa em sonhos de insubmissão e resistência, justiça e liberdade, felicidade e bondade, amizade e encantamento.

3. ESCOVAR A HISTÓRIA A CONTRAPELO

Exu faz o erro virar acerto e o acerto virar erro. É numa peneira que ele transporta o azeite que ele comprou no mercado, o azeite não escorre dessa peneira. Ele matou um pássaro ontem com uma pedra que só hoje atirou. Se ele se zanga, ele pisa nessa pedra e ela põe-se a sangrar. Aborrecido ele senta sobre a pele de uma formiga. Sentado, bate a cabeça no teto, de pé não atinge nem mesmo a altura de um fogareiro. (Oriki de Exu)

Em "Teses sobre o conceito de história" (1940), Walter Benjamin discute e conceitua a forma de leitura do mundo a partir do método do materialismo histórico. Ao questionar-se "com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia", Benjamin (1940, p.7) afirma que:

A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. [...] Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.

A questão central que se busca analisar é que, pensar em acontecimentos históricos do passado ignorando suas consequências é cair em uma narrativa de empatia com as classes dominantes, uma vez que ela — é a detentora da narrativa majoritária acerca do passado. Essa narrativa beneficia apenas essas classes e, portanto, fortalece a manutenção dos sistemas de exploração e dominação.

Somando elementos da filosofia ocidental à elementos da cosmogonia das religiões de matriz africana, traz-se a mitologia iorubá de Exu como forma de ler o passado e pensar o futuro. Exu matou um pássaro ontem com a pedra que só lançou hoje. Exu é o orixá capaz de reinventar a memória, reinterpretar o passado, subverter o tempo. De acordo com a jornalista Flávia Oliveira (2015, s.p.): "Divindade que simboliza o movimento, Exu é retratado na mitologia como o último orixá e o primeiro humano. Está encarregado de levar pedidos e oferendas às divindades do orum (o "céu" iorubá) e trazer dádivas e punições aos aiê (o mundo físico)."

Exu é o protetor do espaço incriado, espaço esse que é o vazio absoluto não porque as coisas não existem, mas porque é lá que elas existem em abundância. É o contrário do que acontece na metafísica cristã, na qual o vazio é o nada, a ausência; Deus cria o mundo e tudo que há nele a partir do nada. Exu é o mensageiro que leva o caos para que novas coisas sejam criadas. Na metafísica de matriz africana, a criação — feita por Oxalá, orixá que tem o papel de conceder forma ao que só existe como potência — extrai continuamente elementos do espaço incriado, para que ela se torne possível.

A retomada do Itã de Exu é essencial para redescobrir o passado do Brasil, visto por outros olhos, a partir de outras narrativas, que não a dominante, a vencedora, para com isso ser possível explorar toda a potência daquilo que o Brasil foi e daquilo que ele pode ser. Nas palavras do historiador, escritor e babalão Luiz Antônio Simas (2020, s.p.): "Não se disputa construção de futuro se o passado não for disputado."

Em entrevista ao professor Guilherme Wisnik, Simas afirma que muito mais do que projetar um futuro, a grande tarefa da sociedade brasileira é construir seu

passado; esse passado imenso, intenso, subversivo e soterrado por séculos de exploração, doutrinação e dominação. E essa disputa do passado é essencial para a construção desse futuro que se busca desenhar com Pindorama.

Pindorama é uma proposta de subversão do passado a partir da metafísica que se mistura com elementos da filosofia canônica para a implantação de pequenos caos, no qual novos elementos podem ser criados. É uma proposta que busca incorporar dissensos e pluralidades, rompendo com a ideia de uma história única contada pelas vozes dos dominadores.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1940, p.2)

4. RIO DE IMAGENS

Em "Um porto no capitalismo global", Guilherme Leite Gonçalves e Sérgio Costa ilustram, a partir da zona portuária do Rio de Janeiro, o conceito de acumulação entrelaçada e como a antiga capital brasileira esteve desde sua origem atrelada ao capitalismo, em diferentes momentos, estabelecendo o porto como foco da análise. Na obra, os autores exploram quatro momentos principais para propor uma análise sobre o papel do porto ao longo da

história da cidade a partir das dinâmicas do capitalismo: as primeiras ocupações do Rio de Janeiro durante o período colonial; a inserção do porto do Rio no tráfico de escravos; o período da industrialização e o mais recente processo de financeirização, bastante materializado nas obras do Porto Maravilha, atrelado aos megaeventos dos quais o Rio de Janeiro foi palco.

De forma resumida, o conceito de acumulação pode ser compreendido como adaptação do conceito marxiano de acumulação primitiva, entendendo o processo de acumulação não como a capitalização de territórios externos ao capitalismo, mas sim de elementos ainda não capitalizados de territórios já inseridos no capitalismo global. Sendo assim, é possível analisar as dinâmicas de exploração e violência, das quais a zona portuária do Rio é historicamente palco, como processos inerentes à expansão do capitalismo, que se manifestam nesse território em constante disputa.

Ao longo do processo de urbanização do Rio, as populações de baixa renda — e em especial negras e negros — tiveram o espaço que poderiam ocupar na cidade determinados pela branquitude. Com as reformas de Pereira Passos, marcadas pela derrubada de quarteirões inteiros e a destruição de cortiços, as populações mais pobres tiveram que, mais uma vez, se refugiar nos morros para dar espaço à grande avenida Rio Branco — cartão postal da cidade maravilhosa haussmaniana de Pereira Passos.

De forma análoga, a construção da Avenida Presidente Vargas, destruindo de forma proposital a Praça Onze e diversos espaços de sociabilidade dos negros, judeus, anarquistas, comunistas e ciganos da cidade do Rio de Janeiro, criou praticamente um cordão de isolamento entre a Zona Portuária e a região central da cidade.

Nessa mesma lógica, o já extinto viaduto da Perimetral, isolava a região da baía de Guanabara, e foi um dos importantes marcos da soberania do rodoviarismo no Rio de Janeiro. A destruição da Perimetral só aconteceu com o início das obras do Porto Maravilha e a necessidade de valorização da região, vinculado ao modelo de modernização através do Certificado de Potencial Adicional de Construção (Cepac),

criando uma nova onda de remoção dessas populações, vinculada aos megaeventos esportivos sediados na cidade do Rio.

O porto do Rio de Janeiro teve um papel central durante o período escravocrata, sendo aquele que recebeu o maior número de pessoas escravizadas da América e o maior mercado de escravos da história. De acordo com Gonçalves e Costa (2020, p.47):

Estima-se que, apenas durante o século XVIII, cerca de 850 mil e, no século XIX, em torno de 700 mil pessoas escravizadas desembarcaram no porto do Rio de Janeiro que, além das próprias necessidades da cidade e das plantations da região, funcionava como entreposto da revenda de pessoas às demais províncias do Sudeste e do Sul do Brasil.

Em 1758, o marquês do Lavradio determina também a transferência do Cemitério dos Pretos Novos para a região do Valongo e afirma que “os escravos que não forem vendidos não sairão do Valongo nem depois de mortos” (PEREIRA, 2020, p.60). Após as recentes escavações realizadas no âmbito das obras de construção do VLT para o Projeto do Porto Maravilha, estima-se que mais de 20 mil corpos se encontrem enterrados na região.

Durante o período em que o Cais do Valongo esteve em atividade, outros espaços eram mobilizados para consolidar o sistema escravocrata e de comercialização de negras e negros. Para além do cais, dos mercados e armazéns e do Cemitério dos Pretos Novos, havia uma prisão destinada ao encarceramento de negros que fugiam do trabalho forçado e um hospício, onde eram colocadas pessoas consideradas loucas por suas práticas culturais e religiosas. A região era associada à população negra, em sua dimensão cultural, religiosa e política que dominava o território ocupado por negros e negras.

Processo semelhante a esse se deu a ocupação do Morro da Providência, primeira favela do Rio de Janeiro, ocupada por veteranos da Guerra de Canudos e pela população pobre sem alternativa de moradia como forma de resistência ao não cumprimento das promessas de moradia e dignidade que lhes haviam sido feitas. Foi também a zona portuária do Rio que mais resistiu durante a Revolta da Vacina e os

despejos e políticas higienistas de Pereira Passos. Como é colocado pela Plataforma “Rio on Watch: relatos das favelas cariocas”, ao expor a situação da zona portuária devido ao projeto do Porto Maravilha:

Não é de hoje que a Zona Portuária é palco de remoções, desapropriações, demolições e soterramento de memória, cultura e presença negra em nome do “progresso” e do “embelezamento” da cidade. Um dos primeiros documentos de planejamento urbano do Rio de Janeiro — o Relatório Beaurepaire — deixa isso bem claro. Escrito pelo engenheiro militar Henrique de Beaurepaire Rohan em 1843, o relatório visava “sanear moralmente e esteticamente” a cidade. Enquanto o relatório recomendava que essa missão fosse cumprida nos distritos onde morava a elite através do calçamento e nivelamento das ruas, na região portuária ele sugeria a “reconstrução completa” de tudo o que estivesse entre a Praça da Aclamação e o mar — que hoje corresponderia com a área entre a Praça da República e a Rua Sacadura Cabral. (ARAÚJO, 2014, s.p.)

O discurso da Zona Portuária como porta de entrada do Rio Olímpico, permeia as narrativas em torno do Projeto do Porto Maravilha, reforça a dimensão dos apagamentos das populações que habitam a região, escolhendo quais histórias merecem ser contadas, qual o Rio de Janeiro que se coloca na Zona Portuária e qual a relação desta cidade com o Rio que permeia o imaginário popular.

Os processos de segregação socioespacial e racial que se desenham no Rio fazem parte da dinâmica de produção da cidade, se acirrando, ainda no período colonial, com a vinda da família real portuguesa, a partir de grandes obras de infraestrutura urbana, destinadas às elites, enquanto a população marginalizada era renegada aos territórios mais precários.

Apesar de terem sido vítimas do mais cruel crime da história brasileira, as populações afro-brasileiras sediadas no Rio de Janeiro foram capazes de resistir, na luta e na festa, produzindo encantamento. “O grande mistério da festa na cidade e do samba inserido na festa, é a capacidade que ele teve de transformar a chibata que

dá no corpo, na baqueta que dá no couro do tambor para reinventar a vida a partir da música e da dança” (SIMAS, 2020, s.p.)

A partir disso, busca-se pensar a dimensão do encantamento a partir das formas de sociabilidade desse território e trazer a importância da cultura popular carioca, como prática de resistência e transgressão e parte constituinte do que é o Rio hoje. O funk, o samba, as religiões de matriz africana foram práticas historicamente criminalizadas e marginalizadas pela branquitude ou submetidas a um processo de embranquecimento e esvaziamento de sentidos para serem aceitas nos espaços de poder, em relação direta com o mito da democracia racial.

Essa narrativa é bastante visível quando se pensa na história do samba, por exemplo, cuja prática era ilegal e combatida (sendo enquadrada na Lei da Vadiagem), até que passa a ser cooptada pelas elites e o sistema capitalista, num processo de esvaziamento simbólico e embranquecimento do samba. Quando se pensa na dinâmica do carnaval institucional carioca, localizado espacialmente no Sambódromo da Marquês de Sapucaí, são visíveis as contradições entre esse espaço de camarotes caros e atrizes “globais” como rainhas de bateria e o passado histórico de produção cultural de negros libertos, sediados na Praça Onze e que tinham na festa uma prática de resistência. É bastante simbólica a localização do sambódromo na região da Cidade Nova, berço do samba, em especial a Praça Onze, destruída para a construção da Avenida Presidente Vargas, restando apenas o nome da estação de metrô e um alargamento do canteiro central da avenida com um busto de Zumbi dos Palmares.

Um processo semelhante se dá quando se pensa no funk das favelas cariocas e no rap. As produções culturais brasileiras que narram uma realidade da periferia e que nascem nesse território, só passam a ser aceitas e valorizadas quando ocorre o esvaziamento de seu sentido simbólico e político.

É importante que se destaque a força das escolas de samba em afirmação de seu valor simbólico, construindo sambas-enredo que remontam a memória de sua origem. Vale destacar o emblemático samba enredo de 2019 da campeã do desfile do Grupo

Especial do carnaval carioca, a Estação Primeira de Mangueira, “História para ninar gente grande”, que já trazia em seu refrão “é na luta que a gente se encontra”. Mais do que na luta, destaco aqui a importância do encontro na rua. A análise de Luiz Antonio Simas em “O corpo encantado das ruas” (2020), em clara referência a João do Rio, remonta a importância de se olhar para as práticas cotidianas, das ruas, do samba de roda, do território de Exu, do futebol de rua como espaços não colonizados pelo capital cultural e financeiro global.

O filósofo alemão Walter Benjamin falava em escovar a história a contrapelo. A importância de atentar para os fazeres cotidianos como caminho para escutar e compreender as outras vozes, além da perspectiva do fragmento como miniatura capaz de desvelar o mundo, é a chave da desamarração do ponto. (SIMAS, 2020, s.p.)

É isso que faz Carvalho, em certa medida, ao entender a história cultural do Rio de Janeiro a partir da Cidade Nova, um território de mistura de povos e culturas, que era ao mesmo tempo Pequena África e bairro judeu. A noção do Rio de Janeiro como cidade porosa, trazida por Carvalho, parte da visão desses espaços de contato que são resultado da resistência e da busca por fissuras na segregação socioespacial da cidade. No prefácio da edição brasileira de Cidade Porosa, Carvalho (2019, p.22) coloca que:

A questão não é o lamento por passados perdidos, e sim a reelaboração de futuros deixados pelo caminho — no caminho que a cidade tomou durante a Era Vargas, a Cidade Nova e sua Praça Onze eram uma pedra. Mas também havia ali um outro caminho, uma geografia alternativa.

Com isso, é necessário está atentar para os elementos por trás dos apagamentos e fissuras que foram produzidas na cidade, buscando alternativas a esse processo. Sem que se pretenda simplificar situações complexas em nome de um falso didatismo, coloca-se no sistema capitalista global e, em menor escala, no modelo rodoviarista de produção da cidade, os elementos que produzem a segregação e os apagamentos.



FIG. 2:

Cartografia de localização da leitura e das propostas projetuais em relação à cidade do Rio de Janeiro.
Fonte: Montagem sobre imagem do Google Earth. Elaborado pela autora, 2020.

Ao longo da história do Rio de Janeiro, não são poucos os exemplos de territórios populares que foram destruídos em nome de um suposto desenvolvimento e embelezamento da cidade que nunca chegou a essas pessoas.

A Lei de Terras de 1850, ao declarar que a única forma de aquisição da propriedade era através da compra, sem considerar a grande massa de negros libertos sem qualquer fonte de renda ou formalidade que pudesse proporcionar a compra de terras, ou melhor, considerando e deliberadamente negando a essa população o direito a habitar, fez com que a população pobre, e em especial o povo negro carioca, fosse renegado aos espaços residuais da cidade, produzindo importantes processos de adensamento dos morros. Entretanto, os projetos de construção de infraestrutura urbana, em especial os projetos urbanos de construção de grandes avenidas, foram usados como ferramentas de arrastamento dos morros cariocas.

Destaca-se aqui, como um dos casos mais emblemáticos, o da demolição do

Morro do Castelo. O Castelo foi um ponto estratégico de assentamento no século XVI, posteriormente abandonado pelas elites e ocupado pela população mais pobre. Em 1922, foi posto abaixo pelo prefeito Carlos Sampaio, por entender o morro como um espaço proletário, repleto de cortiços. Em seu lugar seriam instalados os pavilhões e palácios da Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1922, como forma de representação do ideal de modernidade já buscado pelas reformas haussmanianas de Pereira Passos.

É sob essa mesma égide de progresso que é construída a Avenida Presidente Vargas, como espaço de escoamento de tráfego e pensando para a realização de desfiles militares. Com quase 80 metros de largura e mais de 8 quilômetros de comprimento, a avenida corta a região central do Rio ao meio, partindo a cidade em duas: a zona portuária e o centro (FIG.02).

Entende-se a margem como potencial, das ruas como campo de descoberta e encontro, do cotidiano e das lógicas de sociabilidade

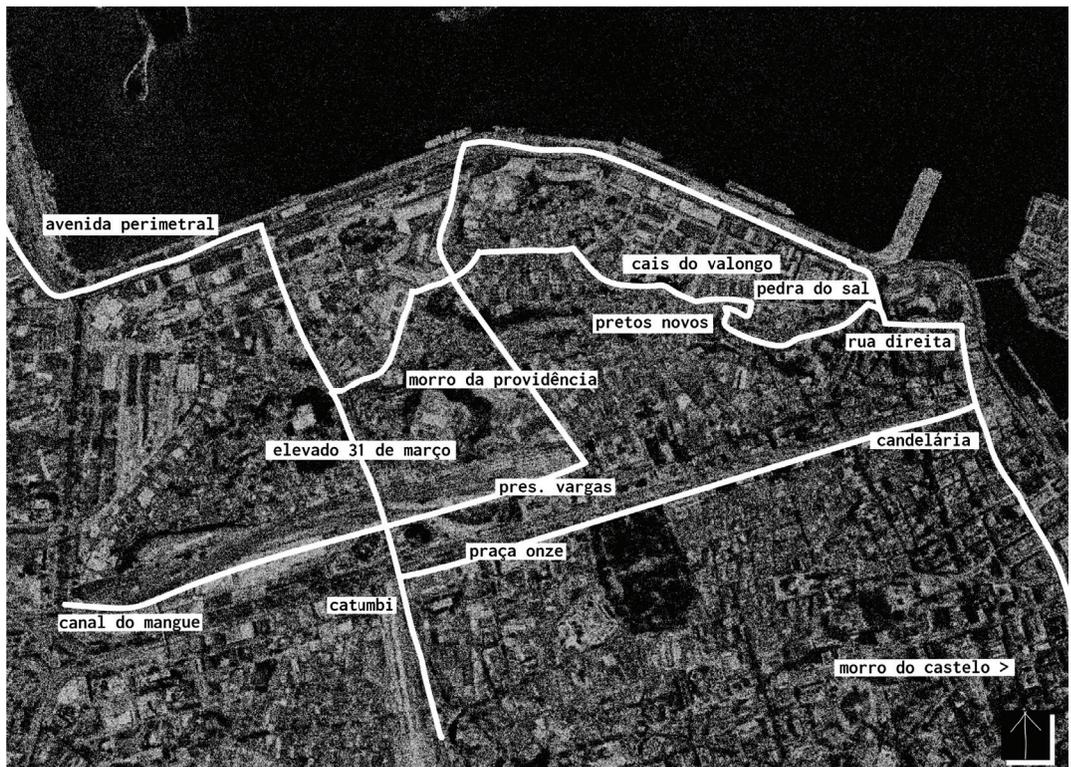


FIG. 3:

Cartografia de apagamentos na Zona Portuária do Rio de Janeiro

Fonte: Levantamento e montagem sobre imagem do Google Earth. Elaborado pela autora, 2020.

mais corriqueiras como elementos que devem ser apropriados para uma proposição projetual que possa se assentar no território, de forma a romper com as lógicas de exploração de uns por outros e subvertendo as narrativas da história.

5. PERCURSO E NARRATIVA

Para muitos é difícil admitir isso, mas os inventores do que há de mais forte na cidade do Rio de Janeiro não discutiram filosofia nas academias e universidades, não escreveram tratados, não pintaram os quadros do Renascimento, não foram convidados a frequentar bibliotecas, não compuseram sinfonias, não conduziram exércitos em grandes guerras, não redigiram as leis, não fundaram empresas e só frequentaram os salões empedernidos para servir às sinhas. (SIMAS, 2020, s.p.)

A proposta de construção de uma nova narrativa sobre o território da zona

portuária remonta o já citado oriki de Exu. Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só lançou hoje. É a partir dessa subversão da narrativa do passado que se alteram as condições materiais de construção de um futuro que só existe em potência. Em entrevista, Luiz Antonio Simas fala da necessidade de redescoberta do passado brasileiro como única forma de construção de futuro.

A partir desse entendimento, retomo a proposta de construção de uma narrativa a partir do percurso. Nos levantamentos feitos ao longo da realização deste trabalho, foram encontradas diversas histórias apagadas e/ou escondidas do imaginário coletivo da cidade do Rio de Janeiro. Sejam as praias da baía de Guanabara que foram aterradas para a expansão da zona portuária; a praça Onze, hoje um diminuto e deserto canteiro central da avenida Presidente Vargas cujo único habitante é um Zumbi dos Palmares decapitado; a Candelária, palco do massacre de crianças que dormiam nas escadas da igreja; ou a Pedra do Sal, cujo

nome completo é Quilombo Urbano da Pedra do Sal, conhecido e turistificado por suas rodas de samba, mas que se configura como um dos mais importantes espaços de resistências da cultura e das populações afro-brasileiras na cidade do Rio de Janeiro.

O percurso busca criar um código comum que marque a história desses lugares, sem criar a ideia de uma narrativa única que responda ao passado desses territórios. É uma intervenção ao mesmo tempo discreta e monumental, que tem como função principal criar questionamentos, incitar a curiosidade e reviver a importância da oralidade como forma de produção de sentidos. De acordo com Silvio Almeida (2020, s.p.):

A oralidade tem como principais agentes os chamados Guardiões da Palavra Falada, os verdadeiros responsáveis por transmitir crenças, valores e costumes de geração em geração, mantendo assim a coesão entre determinados grupos sociais. [...] O Brasil traz enquanto característica marcante um cenário de diferentes fluxos migratórios populacionais; fenômenos que acionam a necessidade de reconhecer diferentes formas em que a tradição oral se estrutura na contemporaneidade. Por exemplo a contação de histórias, receitas de cozinha, a música... Ou seja, mecanismos que sistematizam impactos através das formas de produzir saber, de produzir sentidos. A oralidade é uma forma de transmissão de saberes e de produção de sentidos.

A narrativa que se propõe é plural, cotidiana e local. É um percurso que ativa os guardiões e as guardiãs da palavra falada, que dá a eles um papel central dentro da experiência de viver a cidade. O percurso proposto não é pensado para ser seguido, mas para produzir estranhamento na miudeza da vida cotidiana. É um percurso que incita a jogar a pedra para acertar o pássaro de ontem.

O percurso proposto tem como base a ligação entre espaços e acontecimentos levantados, no sentido de criar um estranhamento capaz de estimular o questionamento e a oralidade. O percurso é guiado por uma espécie de peça metálica contínua que desenha uma linha que guia o trajeto, pouco acima do nível do chão.

A proposta é que haja um desconforto no contato com a percurso, considerando uma diferença nesse desnível com relação ao nível da rua quando o trajeto se localiza em um espaço de passagem de automóveis (com elevação de cerca de 2 cm) e de circulação de pedestres, elevada cerca de 5 mm com relação ao nível do chão (FIG.04).

A partir do traçado do percurso, foi feita a escolha de três pontos focais, considerados elementos importantes para o entendimento da leitura propostas e de uma série de acontecimentos mais recentes da cidade do Rio de Janeiro, em especial da Zona Portuária.

O primeiro recorte é a região da Pedra do Sal. O quilombo urbano da Pedra do Sal, para além da roda de samba, é um dos principais territórios de resistência da cultura e religiões afro-brasileiras no Rio de Janeiro. Inserir a Pedra do Sal como recorte é uma tentativa de politização desse território, de retomada de figuras históricas, como João da Baiana, e da resistência contra as tentativas de sufocamento de práticas religiosas afro-brasileiras e expressões culturais, como o samba e o funk.

O segundo recorte, a Igreja da Candelária, é feito em memória dos oito jovens assassinados no que ficou conhecido como Chacina da Candelária, em 1993. Na chacina foram mortos Paulo Roberto de Oliveira, de 11 anos, Anderson de Oliveira Pereira, de 13 anos, Marcelo Cândido de Jesus, de 14 anos, Valdevino Miguel de Almeida, de 14 anos, "Gambazinho", de 17 anos, Leandro Santos da Conceição, de 17 anos, Paulo José da Silva, 18 anos e Marcos Antônio Alves da Silva, 19 anos. Todos eles pobres e negros. Os autores do crime foram identificados, indiciados e seguem em liberdade. A história da Chacina da Candelária é uma memória presente no imaginário popular, um dos crimes mais chocantes da história recente do Brasil. Entretanto, acredita-se que seja importante demarcar esse crime no território, não apenas por sua crueldade, mas pela frequência com a qual crimes de ódio são cometidos contra pessoas em situação de rua. A Candelária é um caso bastante simbólico da forma como os mais marginalizados entre as populações marginalizadas são tratadas. É um exemplo extremo da necropolítica que impera e não pode ser esquecido.

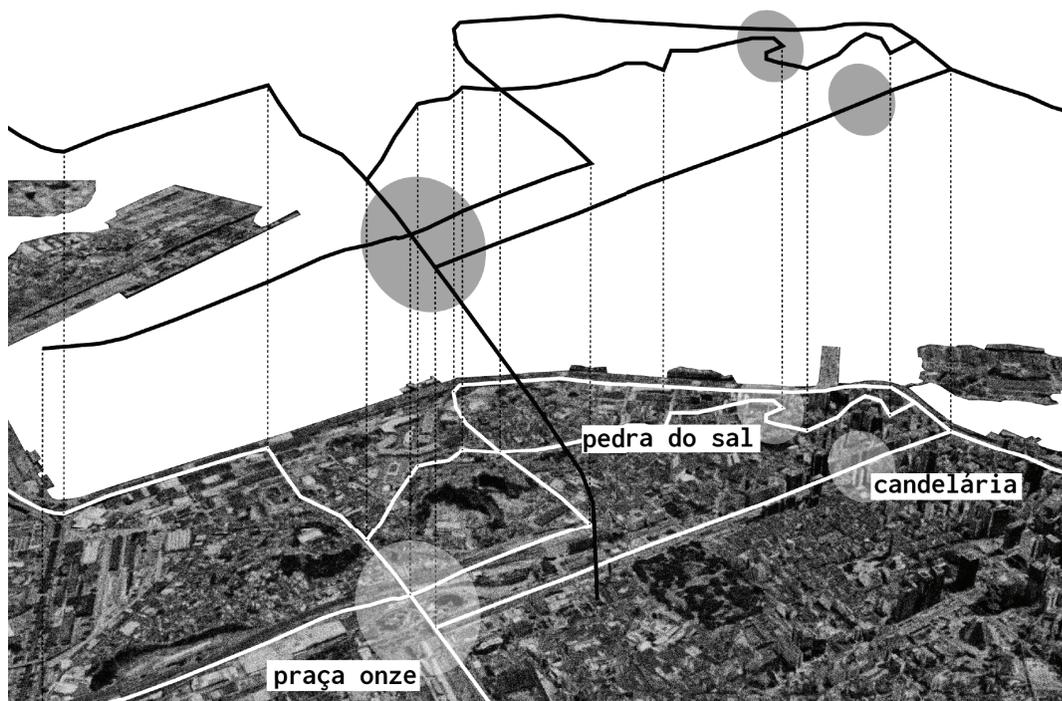


FIG. 4:

Cartografia de detalhamento do percurso desenvolvido a partir dos apagamentos.

Fonte: Montagem sobre imagem do Google Earth. Elaborado pela autora, 2020.

O terceiro recorte é o mais próximo da área de projeto e o mais simbólico ponto de apagamento dentre os levantados. O que se chama hoje de Praça Onze nada mais é que um alargamento do canteiro central da Avenida Presidente Vargas. Originalmente Praça Onze de Junho (data da Batalha do Riachuelo), a Praça Onze foi um importante território do samba e da cultura carioca. Em 1944, é construída a Avenida Presidente Vargas, estrategicamente deslocada para passar por cima da Praça Onze. O único fragmento que restou da praça é hoje apenas um alargamento do canteiro central da Presidente Vargas, com um busto de Zumbi dos Palmares, sendo um dos poucos monumentos da cidade dedicado a um símbolo de resistência contra a opressão. Nesse recorte, a intervenção é interrompida ao entrar em contato com o canal do Mangue, entendido como um elemento que já cumpre a função de delimitar um trajeto (FIG.05).

As histórias do território que são trazidas aqui são uma versão simplificada da sucessão de eventos e camadas que esses espaços sobrepõem. Trazer a narrativa desses apagamentos por esse

trabalho não condiz o suficiente com a proposta da intervenção. Na busca de uma valorização da oralidade e dos guardiões da palavra e buscando subverter os narradores da história, não acreditamos que como mulher branca, não moradora da região ou pessoa com vivência concreta do território, seja nosso papel contar essas histórias.

A partir dessas reflexões, foram tomadas duas ações. A primeira foi fazer um apanhado superficial desses acontecimentos, apenas a título de registro, para delimitar com mais clareza os territórios levantados. A segunda foi fazer um vídeo mostrando essas histórias e dando voz a esses narradores, a partir de um conjunto de entrevistas, documentários, vídeos e músicas que contam a história da zona portuária do Rio de Janeiro.

É importante destacar também que não houve uma metodologia rígida para a seleção desses eventos/territórios. A única decisão pragmática tomada foi a de levantar espaços e não pessoas. Isso porque acredita-se que o foco da história da cidade está na capacidade do coletivo em produzir mudanças no espaço e na sociedade e não nas ações de pessoas específicas. Buscando



FIG. 5:

Montagem de representação esquemática do trajeto proposto.

Fonte: Ilustração elaborada pela autora, a partir de imagem do Google Earth, 2020.

de forma alguma reduzir a importância de figuras como Tia Ciata, Benedita da Silva ou tantas outras. A tentativa é ampliar o espectro da luta para além de indivíduos, entendendo a importância dessas pessoas como símbolos de movimentos, de revoltas, de quilombos; como símbolos de resistência de um povo que, ao contrário do que nos ensinam na história, não silenciou diante da exploração.

Praias da baía de Guanabara: com a expansão da zona portuária em decorrência do aumento da importância econômica e do crescimento da cidade do Rio de Janeiro ocorreu um processo de derrubada de morros e de aterramento de áreas para expandir a zona portuária. Com isso, uma série de praias que existiam na baía de Guanabara foram aterradas. É importante lembrar que, à época, não havia ainda a relação com as praias que existe hoje, sendo essas um espaço muito mais de contemplação do que de lazer ativo.

O Cais e a Avenida Perimetral: a região do cais passou por diferentes processos e transformações ao longo da urbanização

do Rio. Destaco aqui a construção da Perimetral, que isolou a região portuária da baía de Guanabara, contribuindo também com o processo de desvalorização da região e se destacando com importante obra de garantia da soberania no rodoviarismo. A demolição da perimetral se insere no projeto do Porto Maravilha evidenciando a necessidade de valorização da área para atrair investimentos privados, através dos instrumentos das Cepac.

Morro da Providência: um dos primeiros morros da cidade a ser ocupado por assentamentos irregulares, ainda no século XIX. Na época da ocupação, era chamado de Morro da Favella, termo que, com o tempo, passou a designar todos os assentamentos desse tipo. O morro da providência sofreu com diversas remoções e ameaças durante as obras do Porto Maravilha, vinculadas à narrativa de valorização da zona portuária.

Cais do Valongo e da Imperatriz: o Cais do Valongo é um antigo cais do Rio de Janeiro, que recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela Unesco, em 2017, por ser o único vestígio material da



FIG. 6:

Ilustração na qual a Tia Ciata se encontra sobre o Corcovado, substituindo o Cristo Redentor, símbolo da cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Ilustração elaborada pela autora, a partir de imagem do Google Earth, 2020.

chegada dos africanos escravizados nas Américas. O cais ficou ativo entre 1811 e 1831, durante os quais entre 500 mil e um milhão de escravizados desembarcaram. Entre 1850 e 1920, a área em torno do antigo cais tornou-se um espaço ocupado por negros escravizados ou libertos de diversas nações — área que Heitor dos Prazeres chamou de Pequena África.

Cemitério dos Pretos Novos: o Instituto dos Pretos Novos é um importante marco do processo de apagamento dos negros e negras escravizados que perderam a vida após a chegada ao porto do Valongo. Estima-se que mais 20 mil corpos se encontrem no cemitério. Preto novo era a denominação dada aos africanos trazidos prisioneiros antes de serem vendidos como escravos no Brasil. O Cemitério dos Pretos Novos funcionou entre 1772 e 1830, se consolidou como vala comum de negros e negras que morriam no trajeto em condições insalubres até o Rio de Janeiro ou contraindo doenças do novo continente, visto que suas condições de saúde já eram muito fragilizadas. Durante alguns períodos

do tráfico de escravos, estima-se que metade das pessoas trazidas para serem vendidas como escravos não chegava com vida ao mercado de escravos. Os corpos que não eram atirados ao mar eram enterrados em covas superficiais no Cemitério dos Pretos Novos.

Quilombo Urbano da Pedra do Sal: destacamos aqui o Quilombo Urbano da Pedra do Sal, localizado no espaço conhecido como pequena África. A luta do quilombo por reconhecimento começou em 2004, quando a Igreja Católica aumentou os aluguéis na área, despejando muitos dos ocupantes pobres. Os moradores defendem a presença de um quilombo por direito para as tradições afro-brasileiras na região, como o Candomblé e o samba.

Morro do Castelo: o desmonte do morro do Castelo teve início em 1920 para a construção de diversos edifícios institucionais e a abertura de avenidas. O morro era parte constituinte da urbanização do rio, em especial pela visão da baía de Guanabara, que facilitava a defesa, e o entorno pantanoso. O desmonte

do morro é trazido para ilustrar os muitos desmontes de morros que marcam a história do Rio de Janeiro e das expulsões que são decorrentes delas.

Rua Direita/1º de Março: A antiga Rua Direita foi a rua mais antiga do Rio de Janeiro e era a mais importante da cidade no século XIX. Originariamente, ligava o Largo da Misericórdia ao Morro de São Bento. Em 1875, passou a se chamar 1º de Março em homenagem à vitória aliada na Batalha de Aquidabã, que pôs fim à Guerra do Paraguai. Atualmente liga a Avenida Antônio Carlos à Ladeira São Bento.

Chacina da Candelária: a Chacina da Candelária foi um crime cometido em 1993, que vitimou onze crianças e jovens, entre 11 e 19 anos de idade, que dormiam nas ruas em frente à Igreja da Candelária em 23 de julho de 1993. A chacina teve repercussão e impacto nacional, tendo influenciado artistas como os Racionais MC's.

Avenida Presidente Vargas: a Avenida Presidente Vargas, foco central da intervenção, acumula diversas camadas de apagamentos, desde a destruição da Praça Onze, berço do samba e da cultura popular carioca; o estímulo ao processo de fragmentação da cidade, pela soberania do rodoviarismo; o autoritarismo da Ditadura Vargas e do exército brasileiro. Além de todas as camadas, a avenida se constitui como um cordão de isolamento da população que habita a zona portuária com relação ao resto da cidade.

Praça Onze: a Praça Onze era um dos principais espaços de sociabilização do bairro da Cidade Nova antes da construção da Avenida Presidente Vargas. a praça representa um importante marco da cultura popular carioca, em especial no que diz respeito ao samba. Não é à toa que a cidade do samba, palco institucional do carnaval carioca, se localiza logo ao lado de seu sítio "original".

Bairro do Catumbi: o Catumbi é um bairro da região central do Rio de Janeiro, conhecido por ser a sede da primeira fábrica da Cervejaria Brahma. O Catumbi foi parcialmente destruído para a construção do Sambódromo da Marquês de Sapucaí, que leva o nome de uma das principais ruas que foram destruídas.

6. O ESPAÇO INCRÍADO

As questões aqui apresentadas, como já dito, não se desenham como elementos

finais. Retomando a imagem do tridente de Exu, entende-se que estas se colocam com um caminho único inicial, podendo se desdobrar em outros elementos.

Embora as questões aqui trazidas sejam apenas esboçadas em projeto, por isso a escolha em chamá-lo de ensaio projetual, o objetivo central é explorar possibilidades de leitura e projeto que vão além de demandas imediatas para um determinado espaço, pensando a arquitetura para além das respostas de infraestruturas essenciais (escolas, de moradia, de hospitais, de parques ou praças) mas de proposição de outras formas de ler a cidade e de pensar a sociedade a partir dela.

Pindorama não é uma tentativa, por si só, de construir uma utopia de emancipação social, mas de criação das condições materiais para que essa utopia possa ser pensada, proposta e construída.

NOTAS

1. Reflexões feitas por Orlando Calheiros e Stephanie Borges, no episódio dedicado à Exu intitulado "O coach, o Exu submarino e o missionário ateu" do podcast Benzina, realizado em novembro de 2019.
2. Como afirmou o professor Sílvio Almeida em entrevista ao programa Roda Viva em 2020.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio. **Entrelinhas**. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCW3nde-8K-5BaHAMQLZ7ycg>.
- ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3. Ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.
- ARAÚJO, Eduarda. **Porto, porta de entrada do Rio, parte I**: o embranquecimento histórico. Plataforma Rio on Watch, 2014. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=12918>.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. v. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.222-232.
- BOLOGNESI, Luíz. **Uma história de amor e fúria**. Curitiba: Filmes e Gullane, 2013. 74 min., color.
- CALHEIROS, Orlando; BORGES, Stefane. **Podcast Benzina**. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/oeYpoEXySk4pSUvGLinjn?si=192d42465a01411c>.
- CARVALHO, Bruno. **Cidade porosa**: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
- CENTRAL3 PODCASTS. **Podcast Encruzilhadas**. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/6mj9Clq2kK3rnlgaXkssp?si=cbobc114cb64401f>.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, Sabrina. **Tese Onze**. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/TeseOnze>.

FERRO, Sérgio. Entrevista com Sérgio Ferro. Entrevista concedida a Ana Luiza Vieira Gonçalves. **Revista POSTO68**, v.1, n.1, p. 10-22, mar. 2020.

FONTES, Virgínia. **O que é acumulação primitiva**. TV Boitempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=odEHOAEFMvc>

GONÇALVES, Guilherme Leite; COSTA, Sérgio. **Um porto no capitalismo global**: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro. São Paulo: Boitempo, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

LABORATÓRIO FANTASMA. **Podcast AmarElo Prisma**. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/oxfztloqN9g4CuTpgcq5WS?si=d8fboe70370046ad>.

LEFÈVRE, Rodrigo Brotero. **Projeto de um acampamento de obra**: uma utopia. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis**: uma reflexão em busca de autoestima. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã e outros escritos**. Textos selecionados por Octavio Ianni. Trad. Waltensir Dutra e Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MELO, Rúrion. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. **Caderno CRH**, [s. l.], v. 24, n. 62, 2012.

OLIVEIRA, Flávia. Tribunal encenado inocenta Tiradentes no 21 de abril. História reescrita remete ao mito de Exu, orixá que reinventa a memória. **Portal Geledès**, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-voltas-que-o-mundo-da/>.

RIO ON WATCH. **Relatos das favelas cariocas**. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br>.

SIMAS, Luiz Antônio. **O corpo encantado das ruas**. Seminário de Cultura e Realidade Contemporânea, Escola da Cidade 2 de dez. de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7-YaLUdovrQ&ab_channel=EscoladaCidade.

TORRES, Thiago. **O funk consciente e as políticas econômicas brasileiras**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y8vs5FrpMww>.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

SOBRE A AUTORA

Arquiteta e urbanista graduada pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos (IAU-USP) e mestranda em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC. Atua como arquiteta no Coletivo MOLA — Assessoria Técnica Popular.

vgoncalves.analu@gmail.com